

Amazônia News

[HOME](#) | [VOLTAR](#) | [PESQUISAR](#)

Governo brasileiro não quer incluir florestas nos MDL

Fonte: Gazeta Mercantil Pará,

Local: Pará

Data: 24 de outubro de 2000

Link: nenhum

Texto

<http://www.gazetamercantilpa.com.br>

Incluir ou não as florestas naturais nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (Clean Development Mechanism) é o grande dilema que o governo brasileiro vai ter que enfrentar daqui a pouco mais de 15 dias, na Conferência das Partes (COP-6) a ser realizada em Haia, na Holanda. Atualmente, o Ministério da Ciência e da Tecnologia é favorável apenas que essas medidas sejam adotadas para promover mudanças na matriz energética ou atividades de reflorestamentos. Mas não aceita projetos de MDL em áreas com cobertura de florestas nativas visando à redução do desmatamento.

A justificativa é que isso iria barrar o desenvolvimento do País e interferir na soberania da nação. O assunto foi intensamente discutido ontem, em Belém, por especialistas em meio ambiente e técnicos do governo, durante a realização do seminário “Critérios para inclusão de florestas no MDL”, promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O deputado federal Gilney Viana (PT-MT) concorda com a inclusão das florestas como mecanismos de compensação porque entende que seria uma forma de pressão contra o desmatamento e representaria uma vantagem econômica para quem preservasse a sua área de terra. “No futuro, as pessoas vão ganhar dinheiro por manter uma árvore em pé. O que hoje representa um estorvo para muita gente, ou seja, manter uma reserva florestal, poderá se transformar num crédito, trocado por título de reserva de carbono”, diz o parlamentar.

Os MDL podem vir a ser “a maior fonte de financiamento para programas destinados a fomentar o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, defende Kilaparti Ramakrishna, da organização não-governamental WHRC. A justificativa do pesquisador é que a região contém o maior reservatório de carbono do mundo – cerca de 60 a 80 bilhões de toneladas – em iminente perigo de liberação para atmosfera. “O desmatamento e a queima da floresta influenciam o clima global ao liberar uma parte deste carbono a cada ano, aumentando o aquecimento global”, afirma.

Em documento assinado em parceria com Daniel Nepstad, pesquisador do Ipam, Ramakrishna assegura que o valor econômico dos danos com o aquecimento global, resultante do carbono liberado pelo desmatamento na Amazônia está estimado em US\$ 20 cada tonelada, o que representa cerca de US\$ 4 bilhões, ou aproximadamente 20% do PIB anual da região. Mas isso representa 40 vezes o

valor dos investimentos internacionais voltados para a conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia, avaliados em menos de US\$ 100 milhões.

Ou seja, na avaliação dos ambientalistas, queimar a floresta é um mau negócio não só para o Brasil como para o planeta. O Centro Climático de Hadley, no Reino Unido, prevê que boa parte da Amazônia Oriental terá sua floresta reduzida a vegetação rasteira nos próximos 50 anos. Mas o governo brasileiro teme que a desaceleração do desmatamento possa servir de desculpa para que os países industrializados – Europa, Estados Unidos e Japão – não diminuam suas emissões de carbono de origem fóssil.

Foi a delegação brasileira que propôs, em Kyoto, durante a realização da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 1997, a adoção dos MDL, que permitem a compra de redução de carbono pelas grandes companhias em outras partes do mundo, através de projetos em outros países.

Gilney Viana explica que apesar de terem se comprometido em reduzir voluntariamente a emissão de carbono, produzido pela queima de combustíveis como petróleo, gás e carvão, na verdade ninguém cumpriu com o que foi estabelecido desde a conferência do Rio de Janeiro, a Eco-92.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu que os países industrializados deveriam enfrentar o aquecimento da Terra, reduzindo em 5,2% a emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, tendo como parâmetro os níveis de 1990. Mas a medida vale apenas para o período de 2008 a 2012.

Steve Schwartzman, do grupo Defesa Ambiental (EDF), explica que o Senado norte-americano “tomou uma posição retrógrada” e decidiu não referendar o protocolo de Kyoto, alegando que a decisão impõe pesados custos à economia do País. E o assunto está polarizando as eleições presidenciais nos Estados Unidos. O democrata Al Gore é a favor das medidas enquanto o republicano George Bush é contrário. Na realidade isso reflete o lobby dos setores petrolíferos, petroquímicos, energéticos e automobilísticos.

Mas mesmo discordando, as empresas multinacionais sabem que é preciso investir na redução do efeito estufa. E o Protocolo de Kyoto prevê que além de reduzir as suas próprias emissões, as empresas podem comprar crédito de carbono excedente através de projetos de MDL em outros países. Schwartzman acredita que as mudanças ecológicas só virão através de incentivos. Ele considera esses mecanismos saudáveis e quem ganha é o meio ambiente. Quando o seqüestro de carbono passa a ter valor de mercado, as grandes companhias passam a ter interesse em trabalhar na mudança de seus parques industriais responsáveis pela emissão de CO₂.

Ele cita como exemplo que as empresas mais inovadoras já estão trabalhando nessa direção, de forma voluntária, em associação com instituições ambientalistas. Cita o exemplo da Dupont, uma das maiores indústrias químicas do mundo, a inglesa BP Petroleum, a norte-americana Shell, a canadense Alcan e a Sancor, do setor de energia, já estão trabalhando na busca da redução da emissão de carbono. Essas empresas perceberam que a tendência é o mundo caminhar nesse sentido.

Commodities

Gilney Viana cita também o exemplo da multinacional francesa Peugeot, que decidiu investir na formação de um “Poço de Carbono”, nos municípios de Jurema e Cotriguaçu, noroeste do Mato Grosso, no que ele considera “uma das raras experiências de seqüestro de carbono”. Com um

investimento total de US\$ 11 milhões, o projeto prevê a conversão de áreas degradadas de pastagens em reflorestamento de espécies nativas.

O projeto foi concebido pela Office National Forets (ONF), associada ao Instituto Pró-Natura. A meta é seqüestrar 50 mil toneladas de carbono em 40 anos. A área de reflorestamento prevê a ocupação de 5 mil hectares em três anos. Como trata-se de uma experiência piloto, não terá fins lucrativos, nem para efeito de crédito de carbono. O objetivo é demonstrar que é possível implantar esse tipo de projeto ambiental. Viana acredita que empreendimentos como esse podem vir a se constituir num mercado de commodities de certificado de redução de emissão de gases, que estão registrando grandes alterações no clima mundial.

Paulo Roberto Ferreira de Belém

Última atualização: 24 October, 2000